



Câmara Municipal de Anadia

**ATA Nº 23/2014 EXECUTIVO 2013/2017**

**REUNIÃO ORDINÁRIA**

**LOCAL:** Sala de Reuniões do Edifício dos Paços do Concelho

**DATA:** um de outubro de dois mil e catorze

**INÍCIO:** nove horas e cinquenta e cinco minutos

**ENCERRAMENTO:** treze horas e vinte minutos

**O EXECUTIVO É CONSTITUÍDO PELOS EXCELENTÍSSIMOS SENHORES:**

**PRESIDENTE:** Eng.ª Maria Teresa Belém Correia Cardoso

**VEREADORES:** Dr. José Manuel Ferreira Nunes Ribeiro

Prof. Litério Augusto Marques (em regime de tempo inteiro)

Dr. Jorge António Tavares de São José

Dr. Lino Jorge Cerveira Pintado (em regime de tempo inteiro)

Eng.º Jorge Eduardo Ferreira Sampaio (Vice-presidente)

Dr.ª Lígia Filipe Seabra

A Reunião foi secretariada pela Chefe de Divisão de Desenvolvimento Organizacional, Dr.ª Maria de Fátima Dourado Andrade dos Santos Azevedo.

---- Ao primeiro dia do mês de outubro de dois mil e catorze, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal, eleita para o quadriénio dois mil e treze/dois mil e dezassete, nesta Cidade e Município de Anadia, na Sala de Reuniões do Edifício dos Paços do Concelho.-----

---- Presidiu a vigésima terceira reunião de dois mil e catorze do Executivo eleito para o quadriénio dois mil e treze/dois mil e dezassete, ordinária, a Senhora Presidente da Câmara Municipal, Eng.ª Maria Teresa Belém Correia Cardoso, tendo comparecido os Senhores Vereadores, Dr. José Manuel Ferreira Nunes Ribeiro, Prof. Litério Augusto Marques, Dr. Jorge António Tavares de São José, Dr. Lino Jorge Cerveira Pintado, Eng.º Jorge Eduardo Ferreira Sampaio, Vice-presidente, e Dr.ª Lígia Filipe Seabra.-----

---- Secretariou a reunião a Chefe de Divisão de Desenvolvimento Organizacional, Dr.ª Maria de Fátima Dourado Andrade dos Santos Azevedo, coadjuvada pela funcionária, Eunice Alexandra Neves Jesus Lopes.-----

---- Pela Senhora Presidente da Câmara Municipal, Engenheira Maria Teresa Belém Correia Cardoso, foi declarada aberta a vigésima terceira reunião de dois mil e catorze, ordinária, do Executivo eleito para o quadriénio dois mil e treze/dois mil e dezassete, quando eram nove horas e cinquenta e cinco minutos.-----

### ***PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA***

---- Neste período de antes da ordem do dia, a Senhora Vereadora, Dr.ª Lígia Filipe Seabra, e o Senhor Vereador, Dr. José Manuel Ferreira Nunes Ribeiro, disseram que gostariam de apresentar algumas questões, pelo que perguntaram à Senhora Presidente da Câmara Municipal se o poderiam fazer de imediato ou se pretendia que as colocassem no final dos assuntos da ordem do dia. Prontamente, a Senhora Presidente da Câmara Municipal respondeu que apesar de reconhecer que estes assuntos devem ser tratados no período de antes da ordem do dia, se os Senhores Vereadores não se opusessem, seria preferível apresentarem as suas questões depois de discutidos todos os assuntos da ordem do dia.-----

### ***ASSUNTOS DA ORDEM DO DIA***

---- **DESPACHOS E ASSUNTOS PARA CONHECIMENTO DO EXECUTIVO MUNICIPAL:**-----

---- **1. RELAÇÃO DOS DESPACHOS EXARADOS NOS PROCESSOS A CORRER TERMOS NOS SERVIÇOS DE GESTÃO URBANÍSTICA DA DIVISÃO DE PLANEAMENTO E URBANISMO, NO PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE VINTE E VINTE E SEIS DE SETEMBRO DE DOIS MIL E CATORZE:**-----

---- Pela Senhora Presidente da Câmara Municipal, Engenheira Maria Teresa Belém Correia Cardoso, foi presente à reunião, para conhecimento do Executivo, a relação dos despachos exarados nos diversos processos que correm termos nos serviços de gestão urbanística da Divisão de Planeamento e Urbanismo, no período compreendido entre vinte e vinte e seis de setembro de dois mil e catorze, que se dá como transcrita e é parte integrante desta deliberação, encontrando-se cópia arquivada junto ao livro de Atas.-----

**---- 2. "SISTEMA INTEGRADO DE DRENAGEM E TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS DO CONCELHO DE ANADIA - REMODELAÇÃO DAS ESTAÇÕES ELEVATÓRIAS" - DESPACHO DE ACEITAÇÃO DAS PROPOSTAS APRESENTADAS NO ÂMBITO DO PROCEDIMENTO POR CONCURSO PÚBLICO E DE DETERMINAÇÃO DE ADJUDICAÇÃO DA EMPREITADA:-----**

---- Pela Senhora Presidente da Câmara Municipal, Engenheira Maria Teresa Belém Correia Cardoso, foi presente à reunião, para conhecimento, o despacho por si exarado no âmbito da obra designada por "Sistema Integrado de Drenagem e Tratamento de Águas Residuais do Concelho de Anadia - Remodelação das Estações Elevatórias", que se dá como transcrito e é parte integrante desta deliberação, encontrando-se cópia anexa à mesma.-----

---- Datado de vinte e dois de setembro de dois mil e catorze, a Senhora Presidente da Câmara Municipal exarou o seguinte despacho:-----

---- "Nos termos da alínea f), do n.º 1, do Art.º 33.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, competência que me foi delegada por deliberação da Câmara Municipal em sua reunião realizada a 24 de outubro de 2013, conjugada com o n.º 4, do artigo 148.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, retificado e republicado pelo Decreto-lei n.º 278/2009, de 02 de outubro, e considerando o Relatório Final, que se anexa, aprovo as propostas apresentadas a concurso. Assim, com base no disposto no n.º 1, do Art.º 73.º, do Código dos Contratos Públicos acima referido, determino a adjudicação da empreitada "Sistema Integrado de Drenagem e Tratamento de Águas Residuais do Concelho de Anadia - Remodelação das Estações Elevatórias" à empresa Ambiágua - Gestão de Equipamentos de Água, S.A., pelo valor de 317.697,89 € (trezentos e dezassete mil, seiscentos e noventa e sete euros e oitenta e nove cêntimos) + IVA, com prazo de execução de 60 dias. À próxima reunião para conhecimento."-----

---- O Executivo tomou conhecimento do despacho exarado pela Senhora Presidente da Câmara Municipal, em vinte e dois de setembro de dois mil e catorze, de aceitação das propostas apresentadas no âmbito do procedimento por Concurso Público e de determinação de adjudicação da empreitada designada por "Sistema Integrado de Drenagem e Tratamento de Águas Residuais do Concelho de Anadia - Remodelação das Estações Elevatórias".-----

**---- 3. "ESTAÇÃO ELEVATÓRIA DE ÁGUAS RESIDUAIS DA TRAVESSA DO COVELO E ESTAÇÃO ELEVATÓRIA DE ÁGUAS RESIDUAIS DE CAMINHO DE FERRO - MOGOFORES" - DESPACHO DE APROVAÇÃO DO PROJETO, PROGRAMA DE PROCEDIMENTO E CADERNO DE ENCARGOS DA OBRA, DE DETERMINAÇÃO DA ABERTURA DE CONCURSO PÚBLICO E DE DETERMINAÇÃO DOS ELEMENTOS QUE CONSTITUEM O JÚRI PARA O PROCEDIMENTO POR CONCURSO PÚBLICO:-----**

---- Pela Senhora Presidente da Câmara Municipal, Engenheira Maria Teresa Belém Correia Cardoso, foi presente à reunião, para conhecimento, o despacho por si exarado no âmbito da obra designada por "Estação Elevatória de Águas Residuais da Travessa do Covelo e Estação Elevatória de Águas Residuais de Caminho de Ferro - Mogofores", que se dá como transcrito e é parte integrante desta deliberação, encontrando-se cópia anexa à mesma.-----

---- Datado de vinte e seis de setembro de dois mil e catorze, a Senhora Presidente da Câmara Municipal exarou o seguinte despacho:-----

---- "No uso da competência própria, estabelecida pela alínea f), do n.º 1, do Art.º 35.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugada com a alínea a), do n.º 1, do art.º 18.º, do Decreto-lei n.º 197/99, de 08 de junho, e ao abrigo do n.º 1, do art.º 19.º, do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, retificado e republicado pelo Decreto-lei n.º 278/2009, de 02 de outubro, aprovo o projeto, o Programa de Procedimento e o Caderno de Encargos da empreitada "Estação Elevatória de Águas Residuais da Travessa do Covelo e Estação Elevatória de Águas Residuais de Caminho de Ferro - Mogofores", cujo valor se estima em 33.805,25 € (trinta e três mil, oitocentos e cinco euros e vinte e cinco cêntimos), e determino a abertura de Concurso Público para a sua realização, com base no art.º 38.º do CCP.-----

---- Determino, ainda, nos termos do n.º 1, do art.º 67.º, do CCP, que o Júri do Concurso Público seja constituído pelos seguintes elementos:-----

---- - Presidente - Chefe de Divisão, Eng.º Carlos Cosme;-----

---- - Vogais - Técnico Superior, Eng.º Paulo Coelho, e o Técnico Superior, Eng.º Joaquim Cardoso;---

---- - Suplentes - Eng.º Rui Terrível e a Assistente Técnica, Gabriela Santos Alves.-----

---- À próxima reunião para conhecimento."-----

---- O Executivo tomou conhecimento do despacho exarado pela Senhora Presidente da Câmara Municipal, em vinte e seis de setembro de dois mil e catorze, de aprovação do Projeto, Programa de Procedimento e Caderno de Encargos da obra "Estação Elevatória de Águas Residuais da Travessa do Covelo e Estação Elevatória de Águas Residuais de Caminho de Ferro - Mogofores", de determinação da abertura de Concurso Público e de determinação dos elementos que constituem o Júri para o procedimento por Concurso Público.-----

#### ---- **4. ACORDO DE PARCERIA RELATIVO AO MODELO DE GESTÃO, TERMOS E CONDIÇÕES DE FUNCIONAMENTO E DE FINANCIAMENTO DO CENTRO DE ALTO RENDIMENTO DE ANADIA:**-----

---- Pela Senhora Presidente da Câmara Municipal, Engenheira Maria Teresa Belém Correia Cardoso, foi presente à reunião, para conhecimento, o Acordo de Parceria relativo ao Modelo de Gestão, termos e condições de funcionamento e de financiamento do Centro de Alto Rendimento de Anadia, que se dá como transcrito e é parte integrante desta deliberação, encontrando-se cópia anexa à mesma.-----

---- Atenta a competência prevista na alínea ee), do n.º 1, do artigo 33.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, delegada na Presidente da Câmara Municipal, por deliberação tomada na primeira reunião do Executivo Municipal eleito para o quadriénio dois mil e treze/dois mil e dezassete, realizada aos vinte e quatro dias do mês de outubro de dois mil e treze, a Senhora Presidente da Câmara Municipal dá conhecimento do Acordo de Parceria relativo ao Modelo de Gestão, termos e condições de funcionamento e de financiamento do Centro de Alto Rendimento de Anadia, a outorgar com as seguintes entidades: Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro;

Federação de Ginástica de Portugal; Federação Portuguesa de Ciclismo; Federação Portuguesa de Judo; Universidade de Aveiro; Universidade de Coimbra; Entidade Regional de Turismo Centro Portugal; Associação Comercial e Industrial da Bairrada e Instituto Português do Desporto e Juventude.-----

---- O Executivo tomou conhecimento do Acordo de Parceria relativo ao Modelo de Gestão, termos e condições de funcionamento e de financiamento do Centro de Alto Rendimento de Anadia.-----

---- A introduzir o assunto, a Senhora Presidente da Câmara Municipal começou por referir que o acordo apresentado é aquele que será presente para assinatura entre as várias entidades. Explicou, entretanto, que o mesmo tardou a ser apresentado porque as propostas que chegaram à Câmara Municipal direcionavam-se para uma empresa municipal. Ora, não tendo o Velódromo personalidade jurídica, havia a questão do financiamento, e atendendo a que neste caso seria a Câmara Municipal a ter de financiar, a Senhora Presidente explicou que, então, deverá ser o Município de Anadia a assumir a gestão do Velódromo.-----

---- Acrescentou, ainda, que surgiram algumas propostas de algumas Federações para assumir a gestão do Velódromo, mas a opção será por este modelo de gestão, sendo que a Câmara Municipal ainda tem verbas a receber dos Fundos Comunitários e haverá ainda auditorias a verificar o funcionamento desta infraestrutura. Adiantou, também, que irão ver qual o financiamento que o Estado se propõe atribuir, sendo certo que não vislumbram grande participação direta à Câmara, a não ser através das Federações para a promoção e realização de grandes eventos, ou, eventualmente, através da Fundação do Desporto para equipamentos, uma vez que a sua substituição, em função das necessidades ou exigências das Federações, é bastante significativa.-----

---- Aproveitou para lembrar que os equipamentos que se encontram instalados no Velódromo são propriedade da autarquia e a Câmara Municipal já tem que fazer a sua manutenção. Por isso, reforçou que a gestão dos equipamentos, nomeadamente a sua renovação, de acordo as necessidades das Federações (Ciclismo e Ginástica, essencialmente), deve ser da responsabilidade das próprias Federações, que têm de fazer as suas exigências junto da Fundação do Desporto, concluindo que não terá de ser a Câmara Municipal a assumir essa questão. Sublinhou, ainda, que se trata de desportos de alta competição e alto rendimento e, como tal, os encargos com os equipamentos terão de ser assegurados pela Fundação do Desporto, em articulação com as Federações e nas parcerias que possam vir a ser criadas, ou na angariação de patrocínios que venham a ser conseguidos junto das grandes marcas dos equipamentos para a realização de eventos de grande relevo.-----

---- Adiantou, ainda, que face à proposta que foi apresentada à Câmara Municipal houve a necessidade de insistir pela opção de ser o Município a assegurar a gestão, informando, a concluir, que a Fundação do Desporto já tem conhecimento do documento em apreciação.-----

---- Feita a introdução por parte da Senhora Presidente da Câmara Municipal, tomou a palavra o Senhor Vereador, Prof. Litério Augusto Marques, que começou por referir que no documento apresentado não se vislumbra nada que comprometa as entidades parceiras. A gestão é assumida pela Câmara Municipal de Anadia, incluindo a financeira, portanto, concluiu que será bom que não

sejam criadas expectativas.-----

---- Constatou, entretanto, que sempre houve dificuldade em transitarem dinheiros do Estado para a Câmara Municipal e o mesmo irá acontecer com a Fundação do Desporto. Acrescentou, também, que esta Fundação está condenada a acabar, como todas as outras, porque o Estado não a dota com verbas necessárias para prosseguir as suas atribuições, logo não tem capacidade, por sua vez, para atribuir verbas ao Município de Anadia. Assim, sublinhou que é bom que a Senhora Presidente fique consciente que não haverá nada para ninguém e a Câmara Municipal de Anadia só pode contar com a colaboração das Federações, o que não deixa de ser legítimo, porque são elas que maior utilização fazem da instalação.-----

---- Portanto, observou ser demasiado grave considerar aquela instalação como um Projeto de Interesse Nacional, quando a comparticipação referente à componente nacional não terá ido muito além dos cinco por cento. O investimento do Estado foi muito diminuto. Aquele equipamento tem a participação da Câmara Municipal de Anadia e da Europa, por isso, é uma obra da Câmara, rematou.--

---- Teve, ainda, a oportunidade de esclarecer que ao falar de expectativas e de passados, a sua ideia é que não havendo dinheiro, não vale a pena assinar parcerias. Contudo, declarou concordar que a Senhora Presidente da Câmara Municipal assine o Acordo em discussão, uma vez que nada tem a perder.-----

---- De seguida, interveio a Senhora Vereadora, Dr.<sup>a</sup> Lúcia Filipe Seabra, que começou por se congratular com a apresentação do documento. Apesar de considerar que a assinatura do Acordo não vem alterar grande coisa ao que vem sendo feito no Velódromo, constatou, no entanto, que vem dar alguma transparência à sua gestão.-----

---- Aproveitou para recordar que existe a possibilidade de concessão de espaços, nomeadamente de restauração, que pode dar alguma rentabilidade à infraestrutura, assim como também é possível a celebração de parcerias locais. A propósito, disse que gostaria de saber quem vai gerir a ocupação dos espaços, ou se estão a pensar fazer concessões para esse serviço a alguma entidade.-----

---- Concluindo a sua intervenção, revelou ser sua expectativa que as coisas evoluam por forma a ser tirada a maior rentabilidade do espaço sem interferir com a atividade desportiva regular, porque o desporto de alto rendimento não deve ser assumido pelo Município.-----

---- Recuperando a palavra, o Senhor Vereador, Prof. Litério Augusto Marques, referiu que a utilização do Velódromo depende de uma autorização pontual, porque sendo lá praticado desporto de alto rendimento, torna-se difícil para a Câmara Municipal comprometer-se com as Associações locais, face ao calendário do desporto de alto rendimento. E por isso é que a sua utilização tem de ser paga. Acrescentou, também, que se aquele local fosse concessionado, ou fossem realizadas parcerias locais para a sua utilização, então todas as associações gostariam de o utilizar, o que se tornaria impraticável, concluindo que as associações do concelho felizmente têm outras instalações para poderem utilizar.-----

---- Não deixou, também, de referir que existem situações que têm de ser vistas no contexto da própria instituição, de acordo com a sua agenda ou programação. E, no caso particular do Velódromo,

a disponibilidade desta infraestrutura está bastante condicionada, face ao calendário das atividades desportivas ali praticadas, adiantou. Disse, ainda, que o Governo (este ou outro) nunca cumpriu aquilo com que se comprometeu na génese daquela instalação.-----

---- Concluída a intervenção do Senhor Vereador, Prof. Litério Augusto Marques, tomou a palavra o Senhor Vereador, Dr. José Manuel Ferreira Nunes Ribeiro. O Senhor Vereador começou por declarar que na matéria em questão, considera importante a existência de um documento desta natureza. Não deixou, ainda, de se congratular, não só com a apresentação do documento, mas também com o estabelecimento do acordo de parceria, do qual consta um "modelo de gestão, funcionamento e financiamento do Centro de Alto Rendimento", um aspeto que considera de transparência e que há muito vinha invocando como urgente e necessário. Acrescentou que sabe que poderão dizer que o documento não vem alterar o que vem sendo praticado no CAR, mas, assim, têm um documento oficial, pelo que não poderia deixar, obviamente, de se congratular com a sua apresentação, reiterou.-----

---- Não obstante, não deixou de reconhecer que o documento traz uma carga ao Município de Anadia, mas não deixa de ser o que já vinha acontecendo. Nessa medida, considera que seria importante que um qualquer Governo ajudasse a Câmara Municipal na gestão, porque é um Centro de Alto Rendimento e os resultados de algumas provas recentes só foram alcançados porque temos o CAR. Aliás, recorrendo a declarações de um Presidente de uma Federação residente, este confirma isso mesmo, que os resultados obtidos não seriam possíveis se os atletas não treinassem no CAR. Atenta essa questão, disse pensar que a Senhora Presidente deve ser reivindicativa por forma a obter algum apoio para a gestão daquela infraestrutura.-----

---- Entretanto, disse pretender registar que na parte preambular do Acordo é lançado um desafio relativamente a uma matéria com grande visibilidade, uma vez que se trata de alto rendimento, quando é referido que o modelo de gestão deverá "garantir a sua completa sustentabilidade e autonomia financeira", do CAR, entenda-se. Acrescentou, assim, tratar-se de um desafio, ou de um objetivo que lhe parece difícil de atingir, a não ser que seja adotada uma gestão muito ativa e dinâmica. Para tal, considera fundamental que o equipamento seja rentabilizado ao máximo, com vista à sua real sustentabilidade e autonomia financeira, adiantando, ainda, que, para concretizar esse desiderato, pensa que o CAR tem de se assumir como um equipamento multiusos, não prescindindo, obviamente, da sua vocação original - Centro de Alto Rendimento.-----

---- No que à captação de patrocínios e donativos diz respeito, prevista na alínea h), do artigo décimo primeiro, do Acordo de Parceria, o Senhor Vereador considera assumir-se, também, como uma matéria importante e, nesse âmbito, avança que deve ser efetuado um trabalho muito apurado, imprimindo-se uma boa dinâmica de ação na conquista de patrocínios e donativos, devendo estes ser explorados numa ótica nacional e não regional, ou mesmo até local, como tem vindo a acontecer.-----

---- Continuando, considerou também importante abrir o funcionamento, ou a utilização, do CAR à iniciativa privada, seja singular, seja coletiva, possibilidade que, aliás, se encontra dada no Anexo Um do Regulamento de Utilização do Centro de Alto Rendimento de Anadia, nomeadamente no número

dois do seu artigo quarto, acrescentou. Nesse sentido, e quanto à componente de abertura a associações locais, considera que, de acordo com a disponibilidade, deverá abrir-se à iniciativa privada ou coletiva, dando como exemplo o caso do Karaté, que, bem, está a realizar treinos no CAR.-

---- Observou, também, que nesse enquadramento, deve ser autorizada alguma excecionalidade para que seja o mais abrangente possível, não comprometendo, obviamente a utilização para o qual o CAR foi concebido. Assim, e referindo-se, por exemplo, à reserva de instalações e gabinetes, de acordo com o número três do artigo quarto do Regulamento de Utilização do Centro de Alto Rendimento de Anadia, com uma margem de trinta dias, que considera normal para determinado tipo de eventos e realizações, não deixa, contudo, de lhe parecer exagerado para a gestão do dia-a-dia. Apresentou, então, o exemplo de um empresário que pretende fazer uma reunião de um dia para o outro, para dizer que se levarem, em bom rigor, o que está escrito, essa possibilidade não se encontra prevista. Nessa conformidade, considera que o mais correto seja, talvez, uma gestão por marcação em tempo real, dando a possibilidade, e havendo disponibilidade para tal, de um empresário reservar um local para uma reunião na semana seguinte, encaixando o Município de Anadia, dessa forma, receita. Concluiu, assim, que, em sua opinião, o modelo do Regulamento se encontra algo rígido nessa matéria, pelo que considera que seria positivo abrirem um pouco essas regras, que não deixam de estar bem colocadas, criando alguma excecionalidade.-----

---- Antes de terminar a sua intervenção, colocou ainda duas questões. Apesar de saber que quando lhes for apresentada a proposta de orçamento municipal, terão também o orçamento do CAR, perguntou à Senhora Presidente, no entanto, se conseguiria aventar, com os dados de que já dispunham, qual a dotação orçamental que a Câmara Municipal irá gerir.-----

---- Aproveitou, igualmente, para interpelar a Senhora Presidente da Câmara Municipal sobre os recursos humanos a afetar ao Centro de Alto Rendimento e qual o seu custo anual e, também, qual o número que se encontra presentemente alocado àquele equipamento.-----

---- Disse, ainda, a concluir, que quando escrevem e fazem um modelo de gestão, pensa estarem a dar um passo para a transparência e clarificação das situações.-----

---- Decorrida a intervenção do Senhor Vereador, Dr. José Manuel Ferreira Nunes Ribeiro, a Senhora Presidente da Câmara Municipal tomou a palavra para responder às questões suscitadas. Começou, então, por esclarecer que para o encerramento da candidatura apresentada no âmbito do POVT, foi imposta à Câmara Municipal a apresentação de um modelo de gestão. Aproveitou para sublinhar o facto de se tratar de uma obra participada por Fundos Comunitários e pela Câmara Municipal.-----

---- Quanto ao documento apresentado, referiu que o mesmo só vem reforçar um pouco as parcerias existentes, mas sublinhou que, como tinha dito o Senhor Vereador, Prof. Litério Augusto Marques, e bem, não podem desviar-se da génese do Centro de Alto Rendimento e não podem desvirtuar a finalidade daquele equipamento. Podem, quando muito, nos poucos intervalos que o equipamento tem disponíveis, estabelecer acordo com as Federações, com vista à realização de eventos, como o que ocorreu recentemente - "Encontro com o Vinho e Sabores" -, como a Feira da Saúde, que já



aconteceu, e como a Feira Social, que está para acontecer.-----

---- A propósito da abertura a associações locais, recomendou algum cuidado, nomeadamente na redação do documento que vier a ser elaborado para posterior análise.-----

---- Relativamente aos patrocínios, referiu que a Fundação do Desporto chama para si a responsabilidade na angariação dos altos patrocínios, relegando para as outras entidades o restante trabalho. Assim, referiu que, neste momento, a Câmara Municipal encontra-se no topo da pirâmide e começa a ter alguma liberdade para poder vir a concessionar os espaços, se assim entender, e para conseguir, então, os patrocínios, que é outra questão que a Câmara Municipal vem travando com a Fundação do Desporto. Explicou, então, que tal situação deriva de um impasse que tem sido criado relativamente aos altos patrocínios, como sejam pela EDP, PT, entre outros, não estando clara para ninguém a parte que cabe eventualmente ao CAR de Anadia.-----

---- Portanto, sublinhou que têm todo um trabalho intenso pela frente, no sentido de insistir nesta matéria junto da Fundação do Desporto, que não tem dado grande liberdade à Câmara Municipal para conseguir angariar esses patrocínios, ainda que reconheça que o desejo do melhor para aquela instalação seja partilhado por todos.-----

---- Quanto à concessão de espaços a privados, recordou que durante cinco anos a Câmara Municipal tem responsabilidades em termos de auditorias, as quais podem vir inclusivamente da União Europeia, pelo que recomenda algum cuidado nessa matéria. Aproveitou para lembrar que os Fundos do atual Quadro Comunitário de Apoio estão a acabar. Seguindo-se-lhe o Portugal 2020, o balcão de apoio aos fundos comunitários relativamente ao qual a Câmara ainda desconhece as suas linhas estruturais e de investimento, referiu, assim, que terão de gerir o espaço de outra forma.-----

---- Respondendo à questão dos recursos humanos, informou que a Câmara Municipal tem atualmente quatro pessoas afetas ao Centro de Alto Rendimento. Sobre os recursos a alocar, adiantou que têm primeiro de perceber de que forma é que as entidades estão disponíveis para trabalhar.-----

---- Sobre a questão se a Câmara Municipal pensar fazer concessões com empresas, a Senhora Presidente da Câmara Municipal disse que têm de ter também algum cuidado, porque se querem ter sustentabilidade não podem passar a responsabilidade a terceiros, sem quaisquer garantias.-----

---- Aproveitou para referir, também, que respostas para tudo não existem e financiamento não se vislumbra. Quanto ao Governo, sublinhou que foi necessário assistir ao sucesso de algumas provas e de alguns atletas para se convencer que o CAR faz jus à sua designação. Mas, lamentavelmente, não passa desse reconhecimento, rematou. Por isso, e a terminar, disse que passados estes cinco anos, e feito o balanço do funcionamento do CAR, têm de reconhecer o rendimento e o sucesso dos atletas e a completa rentabilidade da instalação.-----

---- **ASSUNTOS PARA RESOLUÇÃO:**-----

---- **DIVISÃO DE GESTÃO FINANCEIRA, PATRIMONIAL E CONTROLO ORÇAMENTAL:**-----

---- **SERVIÇOS DE PATRIMÓNIO:**-----

---- **1. "ARRENDAMENTO DO QUIOSQUE MUNICIPAL, SITO NA PRAÇA DA JUVENTUDE, EM ANADIA" - ATA DA PRAÇA:**-----

---- Pela Senhora Presidente da Câmara Municipal, Engenheira Maria Teresa Belém Correia Cardoso, foi presente à reunião, para homologação, a ata da praça da Hasta Pública, realizada no dia vinte e seis de setembro do ano em curso, que se dá como transcrita e é parte integrante desta deliberação, encontrando-se cópia anexa à presente minuta.-----

---- A referida Hasta Pública teve por objeto o arrendamento de Quiosque Municipal, localizado na Praça da Juventude, na cidade de Anadia, com vista à atribuição do direito de ocupação e exploração do quiosque de propriedade municipal, no qual poderão ser desenvolvidas as atividades de comércio de jornais, livros, tabacarias, lotarias, lembranças regionais e outros artigos identificados com este tipo de comércio, permitido por lei e autorizado pela Câmara Municipal.-----

---- O sobredito quiosque faz parte integrante do prédio urbano inscrito na matriz predial urbana da freguesia de União das Freguesias de Arcos e Mogofores, sob o artigo dois mil setecentos e oitenta (2780), e descrito na Conservatória do Registo Predial de Anadia sob o número quatro mil e dezoito (4018), da supramencionada freguesia.-----

---- Da mesma resultou a arrematação do direito de arrendamento de Quiosque Municipal, localizado na Praça da Juventude, na cidade de Anadia, a Mário Jorge Pereira de Magalhães, sócio gerente da empresa "Dístico9.com, Lda.", pelo valor de trezentos euros (€ 300,00) mensais.-----

---- Analisada a ata da praça da sobredita Hasta Pública, o Executivo deliberou, por unanimidade, homologar a mesma e autorizar a celebração do respetivo contrato de arrendamento.-----

---- Foi também deliberado, por unanimidade, remeter a presente deliberação aos serviços de património da Divisão de Gestão Financeira, Patrimonial e Controlo Orçamental para conhecimento e devidos efeitos e ao serviço de notariado da Divisão de Desenvolvimento Organizacional para elaborar o respetivo contrato de arrendamento.-----

---- Mais deliberou o Executivo, por unanimidade, aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos, nos termos do n.º 2, do artigo 57.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

**---- 2. ANDRÉ GONÇALVES DUARTE - PEDIDO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO PARA PAGAMENTO DOS CINCO PORCENTO (5%) DO VALOR DA FRAÇÃO DESIGNADA PELA LETRA "I", SITA NO EDIFÍCIO PRAÇA VISCONDE SEABRA, EM ANADIA:-----**

---- Pela Senhora Presidente da Câmara Municipal, Engenheira Maria Teresa Belém Correia Cardoso, foi presente à reunião, para resolução, o pedido apresentado por André Gonçalves Duarte, que se dá como transcrito e é parte integrante desta deliberação, encontrando-se cópia anexa à presente minuta.-----

---- No seguimento da deliberação tomada pelo Executivo Municipal, em sua reunião ordinária realizada no pretérito dia dez de setembro do presente ano, que autorizou a venda, a André Gonçalves Duarte, da fração designada pela letra "I", correspondente ao apartamento T2 localizado no primeiro andar esquerdo do Edifício Praça Visconde Seabra, sito em Anadia, inscrita na matriz predial urbana da Freguesia de União das Freguesias de Arcos e Mogofores, sob o artigo número dois mil quatrocentos e sessenta e quatro (2464), e descrita na Conservatória do Registo Predial de

Anadia sob o número dois mil oitocentos e trinta e cinco - I (2835-I), pelo valor de sessenta e sete mil e quinhentos euros, já com a dedução dos dez por cento de desconto previsto para jovens com idades compreendidas entre os dezoito e os trinta e cinco anos, o requerente solicita agora a prorrogação do prazo para efetuar o pagamento dos cinco por cento correspondentes ao valor da sobredita fração, pelo facto de se encontrar a trabalhar na zona do Alentejo.-----

---- Analisado e discutido o assunto, e atento o facto de o Regulamento da Hasta Pública ser omissivo quanto à prorrogação de prazo para o efeito solicitado, o Executivo deliberou, por maioria, com o voto contra do Senhor Vereador, Prof. Litério Augusto Marques, e a abstenção do Senhor Vereador, Dr. Jorge António Tavares de São José, prorrogar o prazo para pagamento dos cinco por cento do valor da fração designada pela letra "I", sita no Edifício Praça Visconde Seabra, em Anadia, até ao próximo dia seis de outubro.-----

---- Foi também deliberado, por unanimidade, remeter a presente deliberação aos serviços de património da Divisão de Gestão Financeira, Patrimonial e Controlo Orçamental para dar cumprimento à mesma.-----

---- Mais deliberou o Executivo, por unanimidade, aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos, nos termos do n.º 2, do artigo 57.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

**---- 3. GEORGI KRASIMIROV TERZHUMANOV - PEDIDO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO PARA PAGAMENTO DOS CINCO PORCENTO (5%) DO VALOR DA FRAÇÃO DESIGNADA PELA LETRA "J", SITA NO EDIFÍCIO PRAÇA VISCONDE SEABRA, EM ANADIA:-----**

---- Pela Senhora Presidente da Câmara Municipal, Engenheira Maria Teresa Belém Correia Cardoso, foi presente à reunião, para resolução, o pedido apresentado por Georgi Krasimirov Terzhumanov, que se dá como transcrito e é parte integrante desta deliberação, encontrando-se cópia anexa à presente minuta.-----

---- No seguimento da deliberação tomada pelo Executivo Municipal, em sua reunião ordinária realizada no pretérito dia dez de setembro do presente ano, que autorizou a venda, a Georgi Krasimirov Terzhumanov e Tsvetelina Nikolaeva Zareva, da fração designada pela letra "J", correspondente ao apartamento T2 localizado no primeiro andar direito do Edifício Praça Visconde Seabra, sito em Anadia, inscrita na matriz predial urbana da Freguesia de União das Freguesias de Arcos e Mogofores, sob o artigo número dois mil quatrocentos e sessenta e quatro (2464), e descrita na Conservatória do Registo Predial de Anadia sob o número dois mil oitocentos e trinta e cinco - J (2835-J), pelo valor de oitenta mil euros, o requerente solicita agora a prorrogação do prazo para efetuar o pagamento dos cinco por cento correspondentes ao valor da sobredita fração, alegando a falta de resposta da entidade bancária relativamente ao crédito solicitado.-----

---- Analisado e discutido o assunto, e atento o facto de o Regulamento da Hasta Pública ser omissivo quanto à prorrogação de prazo para o efeito solicitado, o Executivo deliberou, por maioria, com o voto contra do Senhor Vereador, Prof. Litério Augusto Marques, e a abstenção do Senhor Vereador, Dr. Jorge António Tavares de São José, prorrogar o prazo para pagamento dos cinco por cento do

valor da fração designada pela letra "J", sita no Edifício Praça Visconde Seabra, em Anadia, até ao próximo dia seis de outubro.-----

---- Foi também deliberado, por unanimidade, remeter a presente deliberação aos serviços de património da Divisão de Gestão Financeira, Patrimonial e Controlo Orçamental para dar cumprimento à mesma.-----

---- Mais deliberou o Executivo, por unanimidade, aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos, nos termos do n.º 2, do artigo 57.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

---- **PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, ENGENHEIRA MARIA TERESA BELÉM CORREIA CARDOSO:**-----

---- **1. "REQUALIFICAÇÃO URBANA E ACESSIBILIDADES INTEGRADAS NA RUA JUSTINO SAMPAIO ALEGRE" E "SISTEMA INTEGRADO DE DRENAGEM E TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS DO CONCELHO DE ANADIA - REMODELAÇÃO DAS ESTAÇÕES ELEVATÓRIAS" - AUTORIZAÇÃO DE DESPESAS:**-----

---- Pela Senhora Presidente da Câmara Municipal, Engenheira Maria Teresa Belém Correia Cardoso, foi presente à reunião, para resolução, a informação prestada pela Chefe de Divisão de Desenvolvimento Organizacional, Dr.ª Maria de Fátima Dourado Andrade dos Santos Azevedo, que se dá como transcrita e é parte integrante desta deliberação, encontrando-se cópia anexa à presente minuta.-----

---- Sob a epígrafe "Autorização de Despesas", a Chefe de Divisão de Desenvolvimento Organizacional, Dr.ª Maria de Fátima Dourado Andrade dos Santos Azevedo, presta a seguinte informação:-----

---- "Para os devidos efeitos, informa-se V. Exa. do seguinte:-----

---- Em 15 de abril de 2014, a Senhora Presidente da Câmara assinou um despacho para abertura de procedimento por concurso público, aprovação do Programa de Procedimento e Caderno de Encargos (o qual incluía o respetivo projeto) para execução da empreitada de REQUALIFICAÇÃO URBANA E ACESSIBILIDADES INTEGRADAS NA RUA JUSTINO SAMPAIO ALEGRE, cujo valor estimado era de 318.006,10 €.

---- Em 28 de julho de 2014, a Senhora Presidente da Câmara assinou outro despacho para abertura de procedimento por concurso público, aprovação do Programa de Procedimento e Caderno de Encargos (o qual incluía o respetivo projeto) para execução da empreitada de SISTEMA INTEGRADO DE DRENAGEM E TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS DO CONCELHO DE ANADIA - REMODELAÇÃO DAS ESTAÇÕES ELEVATÓRIAS, cujo valor estimado era de 334.905,66 €.

---- A autorização para a realização das respetivas despesas tem sido dada pela entidade competente aquando da aprovação do Caderno de Encargos e o Programa de Procedimento uma vez que estes documentos contêm o valor estimado das referidas empreitadas.-----

---- Era entendimento destes serviços que o Executivo Municipal, na sua reunião realizada a 24 de

outubro de 2013, ao delegar na Senhora Presidente a competência ínsita na alínea f) do n.º 1 do Art.º 33.º do D.L. 75/2013, de 12 de setembro - "aprovar os projetos, programas de concurso, cadernos de encargos e a adjudicação de empreitadas e aquisição de bens e serviços, cuja autorização de despesa lhe caiba" - estaria também a delegar a autorização para a realização de tais despesas, isto é, a Senhora Presidente estaria munida de competência para autorizar qualquer despesa sem limite, uma vez que nos termos da alínea b), n.º 1 do Art.º 18.º do D.L. 197/99, de 8 de junho, a Câmara Municipal tem competência para autorizar despesas sem limite.-----

---- No entanto, em face de uma leitura mais atenta daquele ato conjugado com os normativos legais em vigor, verificou-se que a Câmara Municipal apenas pode delegar na Presidente da Câmara a competência para autorizar despesas até ao limite de 748.200,00 € (150.000 contos), ao abrigo do Art.º 29.º do D.L. 197/99, de 8 de junho, tendo-se constatado também que esta competência não lhe foi delegada.-----

---- Assim, a Senhora Presidente da Câmara apenas pode autorizar despesas ao abrigo da competência própria, que lhe é conferida pelo Art.º 18.º do D.L. 197/99, de 8 de junho, até ao valor de 149.639,37 € (30.000 contos).-----

---- Desta forma e pese embora a Senhora Presidente da Câmara possa aprovar os projetos, programas de concurso, cadernos de encargos e a adjudicação de empreitadas e aquisição de bens e serviços, cuja autorização de despesa caiba à Câmara Municipal (conforme deliberação de câmara tomada em sua reunião ordinária realizada a 24 de outubro de 2013), o certo é que a Câmara Municipal deverá autorizar previamente todas as despesas superiores a 149.639,37 €.

---- Mais se informa que ainda não foi efetuado nenhum pagamento relativo às referidas empreitadas.-----

---- Nestes termos e em face da informação prestada foi a Senhora Presidente induzida em erro ao produzir os Despachos já referidos. Assim, por uma questão de economia processual e cumprimento escrupuloso do princípio da legalidade, submete-se à consideração de V. Ex<sup>a</sup> a apresentação do assunto ao Executivo Municipal para que este, se assim o entender, se digne aceitar a justificação apresentada para o equívoco na interpretação feita à delegação de competências supramencionada e nesse sentido autorizar as despesas e ratificar todos os atos praticados ao abrigo dos despachos agora postos em crise."-----

---- Atenta a informação técnica prestada, o Executivo deliberou, por unanimidade, aceitar a justificação apresentada para o equívoco na interpretação feita à delegação de competências mencionado na informação técnica e, nesse sentido, autorizar as despesas e ratificar todos os atos praticados ao abrigo dos despachos agora postos em crise.-----

---- Foi também deliberado, por unanimidade, remeter a presente deliberação ao serviço administrativo de empreitadas de obras públicas e planeamento da Divisão de Gestão Financeira, Patrimonial e Controlo Orçamental para conhecimento e devidos efeitos.-----

---- Mais deliberou o Executivo, por unanimidade, aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos, nos termos do n.º 2, do artigo 57.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de

setembro.-----

**---- 2. PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE APOIOS ÀS ASSOCIAÇÕES DESPORTIVAS NO ÂMBITO DO SUBPROGRAMA I DO PROGRAMA DE APOIO MUNICIPAL AO DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO:-----**

---- Pela Senhora Presidente da Câmara Municipal, Engenheira Maria Teresa Belém Correia Cardoso, foi presente à reunião, para resolução, uma proposta de atribuição de apoios às Associações Desportivas no âmbito do subprograma I do Programa de Apoio Municipal ao Desenvolvimento Desportivo, que se dá como transcrita e é parte integrante desta deliberação e se encontra anexa à presente minuta.-----

---- Consideradas as atribuições e competências das autarquias locais previstas na alínea f), do n.º 2, do artigo 23.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, bem como da Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto, aprovada pela Lei n.º 5/2007, de 16 de janeiro, na redação atual;-----

---- Considerada, ainda, a competência atribuída à Câmara Municipal prevista na alínea u), do n.º 1, do artigo 33.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro: "Apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município, incluindo aquelas que contribuem para a promoção da saúde e prevenção das doenças";-----

---- Por forma a cumprir os requisitos legalmente exigidos para apoios ou participações financeiras concedidos pelas autarquias locais, na área do desporto, o Executivo Municipal aprovou, em sua reunião extraordinária do Executivo Municipal realizada no dia trinta de julho último, o Programa de Apoio Municipal ao Desenvolvimento Desportivo;-----

---- Nesse âmbito, e atentas as candidaturas apresentadas ao Subprograma Um do Programa de Apoio Municipal ao Desenvolvimento Desportivo (PAMDD);-----

---- A Senhora Presidente da Câmara Municipal propõe, assim, a atribuição de apoios às Associações Desportivas abaixo identificadas, no âmbito do Subprograma Um do sobredito PAMDD, conforme documento anexo à presente proposta e que faz parte integrante desta deliberação: Anadia Futebol Clube; Sangalhos Desporto Clube; Moita Rugby Clube da Bairrada; Associação Desportiva Recreativa e Cultural da Ribeira - Azenha; Atlético Clube de Famalicão; Associação Desportiva de Paredes do Bairro; Centro Cultural e Desportivo de Couvelha; Associação Recreativa Aguinense e Associação Desportiva e Cultural de Vila Nova de Monsarros.-----

---- Analisado e discutido o assunto, o Executivo deliberou, por maioria, com a abstenção do Senhor Vereador, Prof. Litério Augusto Marques, aprovar a proposta apresentada pela Senhora Presidente da Câmara Municipal e, de acordo com a mesma, atribuir às Associações Desportivas abaixo identificadas apoios no âmbito da candidatura apresentada ao Subprograma Um previsto no Programa de Apoio Municipal ao Desenvolvimento Desportivo, para o ano desportivo dois mil e catorze/dois mil e quinze, a saber:-----

Associações Desportivas	Apoio em valores	Apoio em transportes
Anadia Futebol Clube	€ 50.000,00 a)	Até um máximo de 10.800 km

Sangalhos Desporto Clube	€ 40.000,00 b)	Até um máximo de 6.800 km
Moita Rugby Clube da Bairrada	€ 15.000,00 b)	Até um máximo de 4.000 km
Associação Desportiva Recreativa e Cultural da Ribeira - Azenha	€ 8.000,00 b)	Até um máximo de 2.400 km
Atlético Clube de Famalicão	€ 8.000,00 b)	Até um máximo de 1.600 km
Associação Desportiva de Paredes do Bairro	€ 8.000,00 b)	Até um máximo de 800 km
Centro Cultural e Desportivo de Couvelha	€ 6.000,00 b)	Até um máximo de 400 km
Associação Recreativa Aguinense	€ 6.000,00 b)	Até um máximo de 400 km
Associação Desportiva e Cultural de Vila Nova de Monsarros	€ 6.000,00 b)	Até um máximo de 400 km

---- a) O pagamento desta verba será repartido em três prestações: uma primeira até ao final do ano civil dois mil e catorze; uma segunda até ao final do mês de janeiro de dois mil e quinze; e uma terceira até ao final do mês de março de dois mil e quinze;-----

---- b) O pagamento destas verbas será efetuado em duas prestações: uma até ao final do ano civil dois mil e catorze e a segunda até ao final do mês de janeiro de dois mil e quinze.-----

---- Foi também deliberado, por unanimidade, remeter a presente deliberação aos serviços de contabilidade da Divisão de Gestão Financeira, Patrimonial e Controlo Orçamental para dar cumprimento à mesma e à Divisão de Desenvolvimento Humano, Cultural e Social para conhecimento.-

---- Mais deliberou o Executivo, por unanimidade, aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos, nos termos do n.º 2, do artigo 57.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

---- No período de análise e discussão do assunto, tomou a palavra o senhor Vereador, Prof. Litério Augusto Marques, que, numa breve intervenção, sublinhou a introdução de uma inovação na proposta apresentada, que é o facto de contextualizar o apoio nos transportes, atribuindo um limite de quilómetros. Acrescentou, assim, considerar tratar-se de uma boa medida, porque, dessa forma, as associações desportivas ficam a saber com o que podem contar e, por outro lado, evita situações menos positivas. Quanto à parte financeira, revelou considerar pouco, mas acrescentou que a Senhora Presidente da Câmara Municipal é que sabe.-----

---- A Senhora Presidente da Câmara Municipal, de seguida, começou por explicar que foi feita uma sensibilização às associações desportivas, no sentido de lhes explicar que cada vez mais era necessário criarem a sua sustentabilidade e não dependerem apenas da verba que a Câmara Municipal lhes atribui.-----

---- Entretanto, passou a apresentar alguns dados que serviram de base para a apreciação qualitativa das candidaturas, no âmbito do ponto 14.2 do Programa de Apoio Municipal ao Desenvolvimento Desportivo, de acordo com os aspetos estabelecidos para apreciação das mesmas.-----

---- Por fim, e relativamente aos transportes, deu nota de que foi estabelecido um patamar, com base numa análise efetuada aos dados do ano anterior, apurados em função do número de equipas que cada associação tem e das deslocações efetuadas.-----

---- Não deixou de sublinhar, a terminar, que as associações desportivas têm sempre a possibilidade de se candidatar a outros subprogramas constantes do Programa de Apoio Municipal ao Desenvolvimento Desportivo.-----

---- Retomando a palavra, o Senhor Vereador, Prof. Litério Augusto Marques, resumidamente, considerou pouco o apoio em valores para cada uma das associações e considerou existir alguma discriminação nessas verbas, apesar de achar bem o apoio em transportes. Concluiu, declarando não ser o documento que esperava e, por isso, abster-se-ia na sua votação.-----

---- Prontamente, a Senhora Presidente da Câmara Municipal aproveitou para recordar os encargos assumidos pela Câmara Municipal com as instalações utilizadas por algumas associações desportivas e, ainda, o facto de algumas dessas associações, que têm colaboração da Câmara Municipal, contarem, ainda, com o contributo dos pais nos escalões de formação, sem esquecer a possibilidade que sempre têm de angariar patrocínios.-----

---- Também numa curta intervenção, o Senhor Vereador, Dr. Jorge António Tavares de São José, revelou concordar com o Senhor Vereador, Prof. Litério Augusto Marques, quanto ao facto de o apoio em valores ser pouco. Contudo, sendo aquela a proposta que tinham, declarou que votaria favoravelmente.-----

---- Recuperando novamente a palavra, o Senhor Vereador, Prof. Litério Augusto Marques, referiu que por vezes também tem de concordar com a oposição relativamente à questão da transparência e, nesse sentido, disse que deveria constar da proposta o apoio que a Câmara Municipal dá ao Anadia Futebol Clube, que não dá ao Sangalhos Desporto Clube.-----

---- Seguidamente, tomou a palavra o Senhor Vereador, Dr. José Manuel Ferreira Nunes Ribeiro, que começou por apresentar uma questão técnica. Disse, então, que, olhando para a informação de compromisso, verifica que a verba comprometida não coincide com a verba total do apoio proposto.--

---- Prontamente, o Senhor Vereador, Engenheiro Jorge Eduardo Ferreira Sampaio, explicou que a verba comprometida respeita apenas ao ano civil que se encontra a decorrer, acrescentando que o apoio será repartido em duas e três prestações.-----

---- Recuperando a palavra, o Senhor Vereador, Dr. José Manuel Ferreira Nunes Ribeiro, constatou que só foram apresentadas nove candidaturas. Perguntou, assim, se só aquelas nove se encontravam em condições de ser apoiadas nesta fase e se outras associações vão apresentar candidatura.-----

---- Entretanto, observou que junto com a documentação disponibilizada seria importante que pudesse existir uma informação técnica com todos os dados entretanto facultados pela Senhora Presidente da Câmara Municipal. Considerou, também, que essa informação deveria sustentar as propostas de apoio financeiro e de transportes, mas, igualmente, salientar outros apoios que são concedidos pela autarquia (equipamentos, entre outros), em ordem a existir uma maior transparência, que julga necessária.-----

---- Reiterou, entretanto, que, em sua opinião, seria importante que tivesse havido essa informação técnica e que a mesma pudesse ter sido facultada aos Vereadores. Assim, disse que agradecia se a Senhora Presidente da Câmara Municipal pudesse fazer chegar os dados que anunciou anteriormente



aos Vereadores, concluindo que se um pouco antes tinha elogiado a transparência, naquele caso já não poderia fazê-lo, até porque esses dados seriam úteis se dos mesmos constasse uma nota relativa a outros tipos de apoio que são concedidos a algumas associações. Acrescentou, ainda, que a informação prestada lhe parecia um pouco redutora, apesar de saber que a Senhora Presidente da Câmara Municipal é que determina os valores a atribuir.-----

---- Entretanto, não deixou de assinalar a discriminação positiva para as associações desportivas que têm equipas de formação, porque considera positiva a formação neste processo de discriminação e considera justo e correto apoiar mais as associações que têm formação. Contudo, considerou que também deveria haver discriminação positiva às associações desportivas, tendo em conta o número de equipas e o número de atletas/praticantes que cada associação tem, nomeadamente na formação, porque podem estar a apoiar uma equipa com setenta atletas no mesmo valor de outra com cento e setenta atletas.-----

---- Continuando, constatou que existem critérios gerais, mas não estando definidos no Programa, adiantou que deveria existir uma grelha que discriminasse os valores. Acrescentou, também, que atualmente, mesmo com supostos critérios/mensurações na avaliação, e comparando com o apoio antecedente, a diferença é praticamente inexistente, quando nessa altura, e ressalvando não pretender ofender com este cometário, o apoio era atribuído sem critério e tipo "a olho". Daí, considerar importante a definição de critérios claros, concluindo que afinal não vislumbra grande vantagem na existência de um Programa de Apoio Municipal ao Desenvolvimento Desportivo, que não tem mais do as regras escritas, se os apoios são praticamente iguais aos dos anos transatos.-----

---- Porém, registou positivamente a clarificação dos apoios nos transportes, por considerar que, dessa forma, as associações desportivas sabem com o que podem contar e têm de fazer a sua gestão.-----

---- A concluir, não deixou de referir que as associações desportivas necessitam do apoio da autarquia, que é fundamental para a sua atividade normal e sem o qual, provavelmente, muitas estariam encerradas. Assim, e independentemente das suas dúvidas quanto à discriminação, e apesar de não concordar com os valores propostos, declarou que votaria favoravelmente.-----

---- No seguimento da intervenção do Senhor Vereador, Dr. José Manuel Ferreira Nunes Ribeiro, tomou a palavra o Senhor Vereador, Prof. Litério Augusto Marques, para defender que nada era feito a olho, tudo era calculado, com base em dados de que dispunham. Ao contrário, referiu que o que acontece na proposta em discussão é que os números são aventados porque muitas das associações desportivas não vão utilizar o número de quilómetros referenciado. Terminou, frisando que na altura procuravam os dados que consideravam necessários para serem equilibrados na atribuição dos apoios.-----

---- Prontamente, o Senhor Vereador, Dr. José Manuel Ferreira Nunes Ribeiro, disse registar positivamente que havia critérios na atribuição de valores e adiantou que se a sua expressão tinha sido tida como ofensiva, retirava-a com facilidade.-----

---- De seguida, interveio a Senhora Vereadora, Dr.ª Lígia Filipe Seabra. A Senhora Vereadora

começou por dizer que, não estando em causa que o apoio que o Município deu, e continua a dar, às associações desportivas é fundamental, também considera que devem caminhar no sentido da transparência na atribuição de valores que constam do Programa de Apoio Municipal ao Desenvolvimento Desportivo e de acordo com os critérios definidos.-----

---- Entretanto, constatou que os dados que foram facultados aos Vereadores, numa fase inicial, foram insuficientes, mas também reconhece que a Senhora Presidente da Câmara Municipal apresentou, entretanto, outra informação, nomeadamente quanto às despesas elegíveis com este tipo de apoio e quanto a outros tipos de apoio. Disse, porém, esperar que essa informação, entretanto facultada pela Senhora Presidente da Câmara Municipal, esteja escrita para que também as associações desportivas possam ter acesso à mesma.-----

---- Aproveitou para recordar que faz parte da lei que os apoios que estão a decidir atribuir têm de ser fiscalizados quanto à sua aplicação, por isso, tem de existir em cada associação alguém que se responsabilize por essa fiscalização. Nessa conformidade, disse esperar que haja suportes escritos para que, de futuro, se possa justificar os apoios atribuídos, porque estes têm de ter uma justificação política.-----

---- A terminar, revelou congratular-se, igualmente, pelo apoio na formação, porque a angariação de patrocínios, nessa área, é mais difícil e as famílias também são chamadas a participar, e declarou votar favoravelmente.-----

---- Decorrida a intervenção da Senhora Vereadora, Dr.<sup>a</sup> Lúcia Filipe Seabra, tomou a palavra o Senhor Vereador, Engenheiro Jorge Eduardo Ferreira Sampaio, que começou por dizer que há doze anos que está na Câmara e os apoios nunca foram dados a olho. Acrescentou estar em causa uma matéria que sempre foi tratada com regra, sob a orientação do Prof. Litério, que sempre foi claro na definição de critérios.-----

---- Referiu, entretanto, que a proposta em discussão teve como objetivo normalizar os critérios, por duas razões: primeira, para as associações desportivas poderem gerir os apoios disponibilizados e também organizar-se internamente; segunda, para a própria Câmara Municipal reunir num *dossier* que permita justificar a atribuição das verbas, cumprindo, dessa forma, a legislação em vigor. Avançou, contudo, que não foi uma tarefa de fácil concretização e tanto assim é que houve associações desportivas que não apresentaram candidatura.-----

---- Não deixou, também, de sublinhar a intenção da maioria no Executivo em normalizar a questão dos transportes a disponibilizar às associações desportivas, tendo por base uma análise efetuada aos dados do ano anterior, apurados em função do número de equipas que cada associação tem e das deslocações realizadas. Não obstante, referiu que aquele é o primeiro ano de implementação de um procedimento completamente novo para as associações desportivas, que implica a apresentação de muita documentação a que não estavam habituadas.-----

---- Aproveitou, ainda, para destacar que o Programa de Apoio Municipal ao Desenvolvimento Desportivo pretende, igualmente, transmitir às associações desportivas que o seu futuro deve passar pela formação e incentivá-las a promover essa formação.-----

---- A terminar, não deixou de sublinhar que a maioria no Executivo quis dar um sinal positivo às associações desportivas do concelho, transmitindo-lhes que se fizeram um investimento na criação de formação, então também a Câmara Municipal faz um investimento pelo facto de terem essa formação, concluindo que a Câmara Municipal, dessa forma, faz uma discriminação positiva relativamente à formação. Finalizou, considerando que, em sua opinião, a proposta apresentada é equilibrada e declarando que o seu voto seria favorável.-----

---- O Senhor Vereador, Dr. Lino Jorge Cerveira Pintado, de seguida, disse apenas subscrever o que tinha sido dito pelo Senhor Vereador, Engenheiro Jorge Eduardo Ferreira Sampaio, e declarou votar favoravelmente.-----

---- Seguidamente, retomou a palavra o Senhor Vereador, Prof. Litério Augusto Marques, para referir que considera existirem diferenças na proposta apresentada, apesar de não se opor à mesma. Revelou, entretanto, confiar na Presidente de Câmara e esperar que depois apresente o número de quilómetros feitos por cada equipa e o custo que isso implica para a autarquia.-----

---- A concluir, referiu que no que toca às verbas propostas não concorda, pelo facto de estar em causa um apoio que é vital para as associações desportivas, pelo que se iria abster.-----

---- Antes de dar por terminado o período de discussão do assunto, a Senhor Presidente da Câmara Municipal aproveitou para recordar que as associações desportivas poderão apresentar candidaturas a outros apoios. Aproveitou, também, para adiantar que em devida altura daria conta de outros tipos de despesa que a Câmara Municipal assegura e que não se encontram mensurados, nomeadamente encargos que a Câmara Municipal assume nas instalações que algumas associações utilizam.-----

---- Sublinhou, entretanto, que o desenvolvimento do Plano de Apoio Municipal ao Desenvolvimento Desportivo consubstancia um compromisso mútuo, assumido entre as Associações Desportivas e a Câmara Municipal, que também obriga a Câmara Municipal a uma exigência na fiscalização da atividade das Associações, traduzindo-se, portanto, numa responsabilidade repartida. Aproveitou para acrescentar que a atribuição dos valores propostos será formalizada na assinatura dos Contratos Programa de Desenvolvimento Desportivo.-----

---- A terminar, reforçou, ainda, que a discriminação positiva que foi feita na formação tem por objetivo dar um incentivo às Associações Desportivas, mas também pretende funcionar como uma alavanca para as Associações encontrarem uma forma de se sustentarem.-----

---- **3. "BENEFICIAÇÃO DE DIVERSAS ZONAS INDUSTRIAIS - PARAIMO" - PROPOSTA DE APROVAÇÃO DO PROJETO, PROGRAMA DE PROCEDIMENTO E CADERNO DE ENCARGOS DA OBRA, DE DETERMINAÇÃO DA ABERTURA DE CONCURSO PÚBLICO E DE DETERMINAÇÃO DOS ELEMENTOS QUE CONSTITUEM O JÚRI PARA O PROCEDIMENTO POR CONCURSO PÚBLICO:**-----

---- Pela Senhora Presidente da Câmara Municipal, Engenheira Maria Teresa Belém Correia Cardoso, foi presente à reunião, para resolução, uma proposta para abertura de Concurso Público para execução da empreitada designada por "Beneficiação de Diversas Zonas Industriais - Paraimo", aprovação dos respetivos Projeto, Programa de Procedimento e Caderno de Encargos e determinação

dos elementos que constituem o Júri para o Procedimento por Concurso Público, que se dá como transcrita e é parte integrante desta deliberação, encontrando-se os documentos arquivados no serviço administrativo de empreitadas de obras públicas e planeamento desta Câmara Municipal.-----

---- Relativamente ao procedimento proposto, o Chefe de Divisão de Equipamentos, Mobilidade, Águas e Saneamento, Engenheiro Carlos Alberto Pereira Cosme, presta a seguinte informação:-----

---- "Considerando que as zonas industriais se apresentam como motores dinâmicos para o desenvolvimento da economia no município, é fulcral que estas acomodem todas as infraestruturas necessárias para o conforto e atratividade das empresas nelas inseridas.-----

---- A Zona Industrial do Paraimo acolhe, atualmente, diversas empresas (tendo espaço para mais), pelo que se torna importante criar e melhorar as infraestruturas às empresas existentes, assim como às futuras que se venham a instalar nesta zona industrial, aumentando e consolidando postos de trabalho no município de Anadia.-----

---- Esta zona industrial apresenta vias que necessitam de conclusão e reforço de infraestruturas e vias que apresentam diversas patologias. Por esse motivo, desenvolveu-se um projeto que englobasse: implantação de infraestruturas de telecomunicações, eletricidade, abastecimento de água e saneamento e rede de águas pluviais; reabilitação de pavimentos; novas pavimentações, bem como a criação de áreas verdes residuais, através da plantação de alguns elementos arbóreos.-----

---- Neste sentido, estima-se para a execução da obra o valor de 575 776,28€ + IVA, deixando à consideração da Sr.ª Presidente a abertura de procedimento por Concurso Público para executar esta empreitada. Relativamente ao alvará, deverá ser solicitada a 1.ª subcategoria da 2.ª categoria - "*Empreiteiro Geral ou Construtor Geral de Obras Rodoviárias*".-----

---- Atenta a informação técnica prestada, a Senhora Presidente da Câmara Municipal propôs, assim, a abertura de Concurso Público para execução da empreitada designada por "Beneficiação de Diversas Zonas Industriais - Paraimo" e a aprovação dos respetivos Projeto, Programa de Procedimento e Caderno de Encargos. Relativamente ao prazo de execução previsto nas peças do procedimento, de noventa dias, a Senhora Presidente da Câmara Municipal propôs a sua alteração para cento e cinquenta dias pelo facto de o considerar um pouco redutor.-----

---- A Senhora Presidente da Câmara Municipal propôs, ainda, que o Júri do Concurso Público seja constituído pelos seguintes elementos:-----

---- Presidente: o Chefe de Divisão, Engenheiro Carlos Alberto Pereira Cosme;-----

---- Membros Efetivos: o Técnico Superior, Engenheiro Rui Miguel dos Santos Terrível, e a Senhora D. Maria Gabriela Marques Ferreira Santos Alves;-----

---- Membros Suplentes: o Técnico Superior, Engenheiro João Pedro Alves Santiago, e a Senhora D. Aida Maria Gomes Parreira Fernandes.-----

---- Atenta a proposta apresentada pela Senhora Presidente da Câmara Municipal, o Executivo deliberou, por unanimidade, determinar a abertura de Concurso Público para execução da empreitada designada por "Beneficiação de Diversas Zonas Industriais - Paraimo" e aprovar o Projeto, o Caderno de Encargos e o Programa do Procedimento, de acordo com a informação técnica prestada, com o

prazo de execução de cento e cinquenta dias entretanto proposto pela Senhora Presidente da Câmara Municipal.-----

---- O Executivo deliberou, também, por unanimidade, designar o Júri do Concurso Público de Empreitada, o qual será composto pelos seguintes elementos:-----

---- Presidente: o Chefe de Divisão, Engenheiro Carlos Alberto Pereira Cosme;-----

---- Membros Efetivos: o Técnico Superior, Engenheiro Rui Miguel dos Santos Terrível, e a Senhora D. Maria Gabriela Marques Ferreira Santos Alves;-----

---- Membros Suplentes: o Técnico Superior, Engenheiro João Pedro Alves Santiago, e a Senhora D. Aida Maria Gomes Parreira Fernandes.-----

---- Foi também deliberado, por unanimidade, remeter a presente deliberação ao serviço administrativo de empreitadas de obras públicas e planeamento da Divisão de Gestão Financeira, Patrimonial e Controlo Orçamental para dar início ao procedimento.-----

---- Mais deliberou o Executivo, por unanimidade, aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos, nos termos do n.º 2, do artigo 57.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

---- **ALTERAÇÃO DE PRESENCAS - SENHOR VEREADOR, PROF. LITÉRIO AUGUSTO MARQUES:**-----

---- O Senhor Vereador, Prof. Litério Augusto Marques, ausentou-se da reunião, quando eram doze horas e cinco minutos.-----

---- No período de análise e discussão do assunto, tomou a palavra o Senhor Vereador, Dr. José Manuel Ferreira Nunes Ribeiro, que começou por se declarar satisfeito com o facto de se poder avançar para a requalificação da Zona Industrial do Paraimo, que, se bem se recorda, foi bem enfático relativamente à sua requalificação. Aproveitou, também, para sublinhar o facto de não poder deixar de relevar como aspeto positivo essa requalificação, que é a confirmação de que eram acertadas as críticas que o PSD Anadia vinha fazendo ao estado deplorável em que se encontrava aquela Zona Industrial, acrescentando que quem quer vender imagem, ou vender um produto, tem de o fazer ou apresentar nas melhores condições possíveis.-----

---- Recordou, entretanto, que os Vereadores do PSD têm vindo a dizer que as Zonas Industriais são muito importantes, fundamentais até, para que o desenvolvimento do concelho seja uma realidade, criando empregos e riqueza, porque, acrescentou, sem desenvolvimento económico o concelho perde população, envelhece e vai morrendo a cada dia que passa. Mas a verdade é que o estado em que as Zonas Industriais do concelho se encontram, com evidente falta de zelo e cuidado, não apresenta condições de atratividade e competitividade face a outras existentes na região, rematou.-----

---- Atenta a proposta apresentada, o Senhor Vereador considera que estão a dar um passo importante e, pelo menos, a criar condições para mexer no desenvolvimento económico do concelho, porque, como disse atrás, e como é do conhecimento geral, sem desenvolvimento económico um concelho não evolui, até porque existe competitividade entre municípios. Não deixou também de referir que a medida proposta vai no bom sentido e espera que o resultado seja positivo, tentando

garantir que as empresas já instaladas no concelho sintam que esta medida é um carinho para com elas e, como tal, um incentivo para as manter, mas que também consiga ter a capacidade para captar novas empresas.-----

---- Continuando, observou que, tendo em conta o valor da requalificação (mais de meio milhão de euros), e sem considerar o IVA, e tendo em conta o volume do investimento, seria conveniente que a Senhora Presidente da Câmara pudesse desbravar caminho no sentido de apresentar uma candidatura aos apoios comunitários para angariar participação para a obra. Explicou, assim, que tal poderá ser feito numa dupla ótica: aproveitando o atual Quadro Comunitário de Apoio, nomeadamente verbas que não foram utilizadas noutros projetos, e tendo em conta a garantia pública do Governo de não pretender devolver qualquer verba a Bruxelas; no âmbito do novo Quadro Comunitário de Apoio Portugal2020.-----

---- Não obstante, não deixou de enfatizar, uma vez mais, que é fundamental a existência de um plano estratégico de desenvolvimento económico, sem o qual considera que as medidas propostas poderão não passar de meras aspirinas, porquanto os eventuais investidores têm de saber com o que podem contar do Município de Anadia. Aproveitou a oportunidade para recordar que na última sessão da Assembleia Municipal, realizada no dia vinte e nove de setembro, a Senhora Presidente da Câmara Municipal já aflorou que estaria a ser pensado o Plano Estratégico de Desenvolvimento Económico, assim como acrescentou, também, que estaria na calha o gabinete do empresário/empreendedor. Sobre essa informação, disse esperar que ambas as situações avancem e que não passem de meras promessas, por considerar importante que esse trabalho seja desenvolvido.-----

---- Antes de terminar, e dada a positividade do projeto em apreciação, disse que não poderia deixar de falar na importância da questão da eletricidade e da recuperação dos arruamentos e criação de novos. Concluiu, destacando, igualmente, a importância do abastecimento de água, do saneamento, da rede de águas pluviais, apesar de não conhecer na totalidade o projeto, porque ao contrário do da Zona Industrial de Amoreira da Gândara, este não foi apresentado. Mas uma vez que a Senhora Presidente da Câmara Municipal o deu a conhecer, declarou que votaria ainda mais confortavelmente.-----

---- Decorrida a intervenção do Senhor Vereador, Dr. José Manuel Ferreira Nunes Ribeiro, tomou a palavra a Senhora Vereadora, Dr.ª Lúcia Filipe Seabra, para se congratular com a iniciativa, apesar de considerar que peca por tardia. Considerou, também, que o aspeto da sinalização do espaço deve ser pensado depois para terem ali um postal, ao que a Senhora Presidente da Câmara Municipal, prontamente, respondeu que no local iria ser colocado um *muppie*.-----

---- A terminar o período de análise e discussão do assunto, a Senhora Presidente sublinhou que todas as empreitadas que a Câmara Municipal vai fazendo são importantes, umas no âmbito da requalificação urbana, outras do saneamento. No caso particular da Zona Industrial do Paraimo, referiu que a intervenção vai no sentido de requalificar o existente, dentro do limite previsto da REN.-----

---- Não deixou, contudo, de revelar que é evidente que todos gostam que as Zonas Industriais

estejam bem cuidadas/apresentadas, para funcionarem como incentivo às empresas que se encontram já instaladas no concelho e como cartão de visita para novas empresas. Aproveitou para referir que muitas empresas até se deslocalizaram de concelhos vizinhos e com certeza que aplaudem a requalificação proposta.-----

---- Ainda assim, não deixou de referir, também, que para a realização desse tipo de obras é necessário haver um reforço financeiro, adiantando que estão a desenvolver esforços no sentido de conseguir esse reforço ainda no atual Quadro Comunitário de Apoio, porque o que virá a seguir será muito vocacionado para eixos diferentes, assumindo como uma das grandes prioridades a deslocação do investimento das infraestruturas para a competitividade e a internacionalização das empresas, capital humano, inclusão social e emprego e sustentabilidade e eficiência no uso dos recursos.-----

---- Numa breve intervenção, o Senhor Vereador, Dr. Lino Jorge Cerveira Pintado, começou por referir que sempre foi muito crítico nas condições das Zonas Industriais do concelho, mas não poderia deixar de se congratular com o projeto proposto e com o facto de a maioria no Executivo, e a Senhora Presidente da Câmara Municipal, conseguir detetar as prioridades.-----

---- **ALTERAÇÃO DE PRESENCAS - SENHOR VEREADOR, DR. JORGE ANTÓNIO TAVARES DE SÃO JOSÉ:**-----

---- O Senhor Vereador, Dr. Jorge António Tavares de São José, ausentou-se da reunião, quando eram doze horas e vinte e cinco minutos.-----

---- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO:**-----

---- **SENHOR VEREADOR, DR. JOSÉ MANUEL FERREIRA NUNES RIBEIRO:**-----

---- Uma vez concluídos os assuntos da ordem do dia, o Senhor Vereador, Dr. José Manuel Ferreira Nunes Ribeiro, pediu então a palavra para apresentar algumas questões.-----

---- O Senhor Vereador começou por dizer que, olhando para a informação da Senhora Presidente da Câmara Municipal à Assembleia Municipal, pensa existir ali matéria que podia ser esclarecida aos Senhores Vereadores.-----

---- Passando a explicar, e relativamente à área do Turismo, observou que foi referido no documento que estaria a ser explorada, e bem, a área do Turismo Desportivo. Nesse sentido, referiu que a sua questão se prende em saber, concretamente, o que foi feito nessa área, que contactos foram efetuados e quantas parcerias já foram efetuadas.-----

---- Sobre o Turismo 2020, nomeadamente o plano estratégico que a Senhora Presidente da Câmara Municipal diz estar a ser trabalhado, disse pretender congratular-se com esse facto, mas saber, concretamente, o que foi feito, que contributos foram dados pela Câmara Municipal, e em que áreas, porque é referido que Anadia deu fortes contributos, massa crítica, e quais os pilares essenciais do Plano Estratégico para o Turismo de Anadia.-----

---- Relativamente à Cidade Europeia do Vinho dois mil e quinze, começou por referir que o Município de Águeda noticiou a candidatura apresentada no seu sítio da internet, o que dá quase a ideia de que é Águeda que a está a lançar. Assim, perguntou quem está a liderar o projeto.-----

---- Perguntou, entretanto, o que esteve na base para a opção pelo lançamento de uma candidatura

conjunta e quais os pressupostos dessa decisão, uma vez que não ficou muito claro aquando da abordagem do assunto ao Executivo. Ainda assim, não deixou de referir que a opção pela apresentação de uma candidatura conjunta lhe parece uma opção inteligente, porque, a ser apresentada de uma forma autónoma, o Município de Anadia correria o risco de não a ver aprovada. Acrescentou, também, que a candidatura conjunta pode concorrer com outras candidaturas, como a de Palmela, e criar condições para Anadia ganhar peso e projeção à escala intermunicipal, o que considera fazer muito sentido e funcionar bem.-----

---- A terminar, disse, ainda, que gostaria de saber por que via Anadia está a trabalhar neste projeto, se através da Rota da Bairrada ou da Comissão Vitivinícola da Bairrada, se já haveria noção de outras candidaturas e que informações a Senhora Presidente da Câmara dispõe sobre o assunto.--

---- Passando a falar do Projeto "Agência para a Sustentabilidade e a Competitividade", começou por referir tratar-se de um projeto para a Região de Aveiro, integrado na Rede Urbana para a Competitividade e a Inovação, que tem por objetivo auxiliar as onze autarquias da CIRA a contribuir para os objetivos nacionais e internacionais no domínio do desenvolvimento sustentável, dotando a região de um conjunto de práticas inovadoras, promovendo-a como uma região de excelência, dinâmica e competitiva, com práticas e metodologias diferenciadoras.-----

---- Revelou, entretanto, saber que recentemente (no dia vinte e dois de setembro) foi realizada uma reunião em Oliveira do Bairro, a reunião de abertura das sessões de educação e sensibilização do projeto "Agência para a Sustentabilidade e a Competitividade", na qual se pretendeu juntar os onze municípios representantes da CIRA. A propósito, disse pretender saber se o Município de Anadia esteve representado nessa reunião, se interveio e se juntou considerações, propostas ou ideias, e qual a expectativa da Senhora Presidente da Câmara Municipal sobre a matéria.-----

---- Continuando a apresentar as suas questões, o Senhor Vereador passou a falar da Festa Anadia Jovem, que ocorreu nos dias vinte e seis e vinte e sete de setembro do presente ano. Começou por referir que o assunto também já foi aflorado pela Senhora Presidente da Câmara Municipal na Assembleia Municipal, que reconheceu haver aspetos a melhorar em realizações futuras. Declarando pretender ser o mais justo possível na apreciação, e não querendo ser pessimista na mesma, não deixou de considerar que houve pouca adesão dos jovens. Apesar de reconhecer o esforço feito pela autarquia, declarou ter pena que tivesse havido pouca adesão.-----

---- Não deixou de referir, também, que na altura em que foi apresentada aos Vereadores a ficha de caracterização da atividade, falou que deveria ser ponderado o modelo do evento, a manter-se a sua realização, e a data da mesma, por forma a não coincidir com o início do ano letivo.-----

---- Questionou, entretanto, a Senhora Presidente da Câmara Municipal sobre se já dispunha de números referentes à assistência, nomeadamente quantas entradas pagas, quantos portadores do Cartão Anadia Jovem, porquanto lhe pareceu estar manifestamente pouca gente no evento. Observou, ainda, que se o objetivo do evento foi apenas de apresentar o cartão, de futuro deve haver um controlo para trabalharem com dados o mais concreto possíveis.-----

---- Ainda a respeito da Festa Anadia Jovem, e sabendo que a génese do evento era promover o



Cartão Anadia Jovem e captar mais aderentes ao mesmo, aproveitou para perguntar se no momento a Senhora Presidente da Câmara Municipal já teria uma ideia de quantos jovens aderiram e do número de cartões já emitidos, adiantando que se já existissem números, ainda que provisórios, agradecia a sua divulgação aos Vereadores.-----

---- Reportando-se ao tema ETAR de Amoreira da Gândara, um investimento a rondar um milhão e meio de euros, solicitou apenas informação sobre o ponto de situação da obra.-----

---- Entretanto, deu a conhecer que foi abordado por uma pessoa relativamente à questão do relvado sintético da Associação Desportiva de Paredes do Bairro que lhe transmitiu algum descontentamento, que é partilhado pelos dirigentes da Associação, quanto ao facto de o relvado sintético ainda não se encontrar ao serviço daquela Associação. Acrescentou que lhe foi transmitido, também, que se fala de uma intervenção errada, por parte dos serviços da Câmara Municipal, a nível da compactação de solos, nomeadamente que não terá sido usado o inerte adequado, o que impediu a continuação dos trabalhos.-----

---- Atento o exposto, disse pretender saber o que se passa em concreto, se o que se fala corresponde à verdade, ou qual a verdade da situação, uma vez que a época desportiva está prestes a iniciar. A terminar, e caso a responsabilidade seja da Câmara Municipal, disse pretender saber, também, se algo já foi efetuado para resolver o problema, ou como a Senhora Presidente da Câmara Municipal pretende solucionar a situação, porque de todos os clubes com formação, a Associação Desportiva de Paredes do Bairro é a única que não tem reunidas as condições para poder usufruir de um relvado sintético.-----

---- Apresentadas todas as questões por parte do Senhor Vereador, Dr. José Manuel Ferreira Nunes Ribeiro, o Senhor Vereador, Engenheiro Jorge Eduardo Ferreira Sampaio, passou a responder a algumas dessas questões.-----

---- Começando pela questão do Turismo Desportivo, o Senhor Vereador, Engenheiro Jorge Eduardo Ferreira Sampaio, deu a conhecer que a Câmara Municipal tem vindo a trabalhar nessa área, estabelecendo parcerias, nomeadamente com as Federações residentes do Centro de Alto Rendimento. Aproveitou, igualmente, para dar a conhecer que a Câmara Municipal tem vindo a insistir, de há quatro anos a esta parte, com o Turismo Portugal para eles próprios verem como podem trabalhar nesta área do turismo desportivo, atendendo à sua importância para todos os Centros de Alto Rendimento, e não só para o de Anadia, sensibilizando-os, também, para o facto de que essa promoção dos CAR's passa por uma estratégia que terá de ser feita pelo próprio Turismo Portugal.-----

---- Relativamente ao Turismo 2020, informou que Anadia tem sido um parceiro do Turismo Centro de Portugal nessa matéria, transmitindo as prioridades do turismo para o concelho e as linhas orientadoras para o turismo do vinho e da Bairrada. Não deixou de referir que a Câmara Municipal não pode trabalhar nas prioridades e linhas orientadoras do concelho se estão em falta linhas orientadoras para o país.-----

---- Aproveitou, também, para referir que o próximo Quadro Comunitário já está a ganhar, na

medida em que define uma estratégia para sete anos, o que poderá funcionar como uma alavancagem para o projeto da Rota da Bairrada. Avançou, então, que a Câmara Municipal já se encontra a trabalhar para esse Quadro Comunitário, porquanto o mesmo define vários eixos manifestamente importantes, como saúde e bem estar (termalismo), turismo de negócios e turismo desportivo, para além de que poderá contribuir para uma alavancagem na Rota da Bairrada, com apoios ao nível do produto *Gastronomia e Vinhos*, do golfe, entre outros.-----

---- Quanto à questão da Cidade Europeia do Vinho dois mil e quinze, o Senhor Vereador recordou que uma das informações que a Senhora Presidente da Câmara Municipal prestou na Assembleia Municipal foi a de candidatar Anadia a Cidade Europeia do Vinho. No entanto, existem condicionantes para a candidatura, nomeadamente que só se podem candidatar Municípios que fazem parte da Associação de Municípios Portugueses do Vinho e da RECEVIN, adiantou. Avançou, ainda, que muito embora Anadia tenha aderido à AMPV, por deliberação da Assembleia Municipal, tomada em sua sessão ordinária de trinta de junho último, essa adesão só fica efetivada no dia treze de novembro de dois mil e catorze, aquando da aprovação, por parte da AMPV, em Assembleia Geral, da entrada de Anadia. Até essa data, Anadia não se poderá candidatar, concluiu.-----

---- Deu também a conhecer que, atentos esses condicionantes, o Município de Anadia desafiou quatro Municípios para apresentarem uma candidatura conjunta, à semelhança de outras candidaturas existentes, como a dos Vinhos Verdes, apresentada por dois Municípios, e a dos Vinhos do Alentejo, também por dois Municípios. Acrescentou, assim, ter sido entendimento do Município de Anadia que teria tudo a ganhar se apresentasse uma candidatura conjunta, com os Municípios de Cantanhede, Mealhada, Oliveira do Bairro e Águeda, dos quais apenas o Município de Oliveira do Bairro não faz parte da AMPV.-----

---- Aproveitou, ainda, para dizer que os cinco Municípios, por unanimidade, decidiram que a candidatura fosse apresentada por Cantanhede, uma vez que já tinha o *dossier* todo elaborado de dois mil e doze. Não deixou de sublinhar que a candidatura conjunta é muito forte, é feita em nome da região, por isso o candidato a Cidade Europeia do Vinho dois mil e quinze é a Bairrada.-----

---- O Senhor Vereador deu ainda a conhecer que foi criado um filme, através da Câmara Municipal de Águeda, para a divulgação da candidatura, mas sublinhou o facto de não haver coordenadores e de o trabalho realizado ter sido um trabalho de equipa. Revelou, entretanto, que em sua opinião a candidatura está bem estruturada e vai a bom porto, adiantando que a mesma iria ser apresentada no dia seguinte em Lisboa.-----

---- Em conclusão, declarou que os cinco Municípios têm boas perspetivas que o processo corra bem e reiterou que as razões para a apresentação da candidatura conjunta se prendem com o facto de o Município de Anadia não se poder candidatar isoladamente e com a questão estratégica para concorrer com outras candidaturas.-----

---- Finalizada a intervenção do Senhor Vereador, Engenheiro Jorge Eduardo Ferreira Sampaio, tomou a palavra o Senhor Vereador, Dr. Lino Jorge Cerveira Pintado, também para responder a uma das questões colocadas pelo Senhor Vereador, Dr. José Manuel Ferreira Nunes Ribeiro.-----

---- A propósito da Festa Anadia Jovem, o Senhor Vereador começou por convidar os Senhores Vereadores a assistirem ao vídeo da Bairrada TV sobre esta Festa. Referiu, entretanto, que não se recorda de ver tantos jovens juntos em Anadia, em especial no sábado, que considera ter sido um dia muito bom. Acrescentou, também, que os jovens se portaram muito bem e que não houve qualquer situação de desacatos registada.-----

---- Quanto ao facto de a festa ser realizada em dois dias, o Senhor Vereador referiu que o investimento efetuado na iluminação e no palco compensa a realização de dois dias de festa e, consequentemente, acresce uma maior rentabilidade na concessão dos bares. Não deixou, também, de sublinhar o facto de a previsão ter sido superada, porquanto tiveram mais jovens e mais receita em relação ao inicialmente previsto.-----

---- Relativamente a saber quantos jovens usaram o Cartão Anadia Jovem, o Senhor Vereador disse que tal só seria possível com recurso a uma máquina própria, adiantando, contudo, que de acordo com informação prestada por funcionários que estiveram de serviço à Festa que o número de entradas com e sem Cartão Anadia Jovem foi equilibrado.-----

---- A terminar, deu ainda a conhecer que os jovens aderentes ao Cartão Anadia Jovem são na ordem dos mil e duzentos, sendo que nos últimos dias foi registado um maior número de adesões ao Cartão. Em conclusão, considerou que o evento superou as expectativas e que foi muito bom.-----

---- **ALTERAÇÃO DE PRESENCAS – SENHORA VEREADORA, DR.ª LÍGIA FILIPE SEABRA:**-----

---- A Senhora Vereadora, Dr.ª Lígia Filipe Seabra, ausentou-se da reunião, quando eram doze horas e cinquenta e três minutos.-----

---- Em complemento das respostas dadas pelos Senhores Vereadores, Engenheiro Jorge Eduardo Ferreira Sampaio e Dr. Lino Jorge Cerveira Pintado, a Senhora Presidente da Câmara Municipal começou por referir que já há muitos anos se vem dizendo que Portugal tem de apostar no setor do Turismo, mas mesmo no atual Quadro Comunitário o Turismo não conseguiu ter um impacto significativo. Referiu, também, que a estratégia entretanto delineada pelo Turismo Centro de Portugal já denuncia uma maior aposta nesse setor. Considerou, entretanto, que, em sua opinião, a economia do país tem a ver com o turismo e que o Governo finalmente viu que o investimento tem que passar necessariamente por essa área.-----

---- Não deixou de se congratular, também, com a aposta feita pelo Turismo Portugal no turismo desportivo e pelo desafio lançado ao Município de Anadia para se envolver nessa área, não só pelas suas infraestruturas desportivas, como pelas suas unidades hoteleiras, pela sua gastronomia, entre outras mais valias.-----

---- Sublinhou, entretanto, que o turismo desportivo mexe com a economia local e regional porque está alavancado em outros setores. Acrescentou que o Plano Estratégico é um documento orientador que define as linhas que o Município de Anadia deve agarrar, e nas quais deve trabalhar, na certeza de que o Turismo Portugal estará aqui a apoiar os projetos de Anadia.-----

---- Não deixou, também, de considerar que as parcerias são sempre importantes, não só na promoção da infraestruturas, como, por exemplo, a parceria do Velódromo, mas também da região.

Portanto, declarou que a Câmara Municipal comunga e partilha desta aposta que o Turismo Portugal está a fazer no concelho de Anadia. A concluir o tema, referiu que surpreendentemente para si, recentemente o Turismo Centro apoiou o Torneio de Squash, o que revela que o interesse efetivamente está a mudar e que a parceria está a resultar.-----

---- A propósito da candidatura a Cidade Europeia do Vinho, a Senhora Presidente da Câmara Municipal sublinhou que a Câmara Municipal tem de apostar claramente nessa candidatura, pela sua dimensão e porque ela encerra mais do que a promoção dos vinhos e da gastronomia, apoiada naquilo que são os roteiros turísticos e o património cultural.-----

---- Quanto à questão de alguns se terem adiantado a anunciar a candidatura, a Senhora Presidente da Câmara Municipal disse que vale o que vale.-----

---- Oportunamente, o Senhor Vereador, Engenheiro Jorge Eduardo Ferreira Sampaio, acrescentou que a Câmara Municipal de Cantanhede fez um *press release* e a Câmara Municipal de Anadia divulgou à comunicação social.-----

---- Recuperando a palavra, e a respeito da Festa Anadia Jovem, a Senhora Presidente da Câmara Municipal referiu que o Senhor Vereador, Dr. Lino Jorge Cerveira Pintado, já tinha feito uma abordagem do que foi a iniciativa da Câmara Municipal. Contudo, não deixou de reconhecer que não dispõem de dados referentes aos números da adesão do Cartão Anadia Jovem.-----

---- Em relação à Festa em particular, referiu que a ideia, no fundo, era juntar os jovens e dar-lhes a ideia da aposta feita pela Câmara Municipal e da promoção da juventude, assim como também promover o Cartão Anadia Jovem. Sublinhou, entretanto, que a aposta da autarquia vai muito mais além de dar aos jovens a possibilidade de entrar gratuitamente, fazendo-os perceber dos benefícios que o Cartão Anadia Jovem encerra. Por isso, e em conclusão, disse caber ao Executivo trabalhar nessa divulgação.-----

---- Passando a falar do tema ETAR de Amoreira da Gândara, a Senhora Presidente da Câmara Municipal explicou que o investimento está praticamente realizado, estando a Câmara Municipal apenas dependente da EDP para a ligação da linha de média tensão, ficando, com isso, a faltar testar todos os equipamentos, que estão adquiridos, mas que não se encontram no local para evitar qualquer situação menos positiva. Avançou, ainda, que a adjudicação que foi efetuada das estações elevatórias complementa todo o sistema que foi feito relativamente ao Cértima.-----

---- Sobre a Associação Desportiva de Paredes do Bairro, a Senhora Presidente da Câmara Municipal deu a conhecer que foi celebrado e assinado um protocolo ente as partes, a Câmara Municipal de Anadia, a Junta de Freguesia de Paredes do Bairro, à altura, e a Associação Desportiva de Paredes do Bairro, sendo que a atual União de Freguesias de Amoreira da Gândara, Paredes do Bairro e Ancas assumiu o compromisso anteriormente assumido pela Junta de Freguesia de Paredes do Bairro. Relativamente à Câmara Municipal, adiantou que o compromisso passava por preparar os terrenos com vista à implantação do relvado sintético.-----

---- A Senhora Presidente explicou, também, que uma vez ultrapassada a situação da empresa que iria colocar o relvado, e quando a Câmara Municipal resolveu iniciar os trabalhos, depois de passadas

as intempéries e depois de concluído todo o trabalho de limpeza, que poderia ter sido feito pela Associação Desportiva de Paredes do Bairro, a Câmara deparou-se com uma nascente, que com a chuva fez com que a água ficasse acumulada. Perante tal situação, acrescentou, a Câmara Municipal teve de fazer as valas para desviar essa água, sendo que também numa zona mais a nascente foi detetada mais uma zona de instabilidade de solos.-----

---- Consequentemente, e uma vez que o trabalho de desvio da água tinha sido realizado, informou que a Câmara entendeu fazer uma melhor compactação do solo, mas entretanto também começou a chover, o que impossibilitou esses trabalhos, que estão a ser acautelados pela Câmara Municipal, afirmou. Adiantou, ainda, que a Câmara Municipal entendeu que seria preferível fazer esse saneamento de solos, e já que o tinha de fazer, que fosse de uma forma segura. Referiu, a terminar, que, quanto antes, a Câmara Municipal prefere que seja resolvida a situação, por forma a libertar-se desse compromisso e também para que a Associação Desportiva de Paredes do Bairro deixe de ter de pedir a utilização de campos emprestados.-----

---- Relativamente ao Gabinete do Empresário, ou do Empreendedor, explicou tratar-se de conceitos que na sua opinião são um pouco complicados, porque um empresário tem de ser empreendedor, mas por outro lado um empreendedor pode não chegar a empresário.-----

---- Quanto ao Plano de Desenvolvimento Económico, a Senhora Presidente da Câmara Municipal considerou que vai mais além do que o Plano de Desenvolvimento Estratégico. Sublinhou, a propósito, que o mesmo tem de ser trabalhado nas áreas que são importantes promover, ou desenvolver, para a região, adiantando que existe um envolvimento maior para as onze autarquias e importa trabalhar de uma forma mais abrangente.-----

---- Sobre a eficiência energética e o Plano de Eficiência Energética e Sustentabilidade, a Senhora Presidente da Câmara Municipal informou que o Presidente da Câmara Municipal de Águeda é quem coordena o programa, o qual define duas áreas importantes: a eficiência energética e a sustentabilidade. Adiantou, ainda, que no âmbito da eficiência energética, existem duas medidas principais, a iluminação pública em leds e a instalação de contadores para medir a energia em horas de ponta, avançando que a Câmara Municipal de Anadia também aderiu a essas iniciativas. Na questão da sustentabilidade, reconheceu que existem alguns projetos a trabalhar nas escolas do Município, nomeadamente a promoção de campanhas de sensibilização.-----

---- Referiu, ainda, que a Câmara Municipal pretende apostar nestas áreas, mas, como para tudo é necessário investimento, adiantou que terão de perceber até onde conseguem obter participação para esses projetos. Aproveitou para dar a conhecer que, precisamente nesse âmbito, iria estar presente em Bruxelas, com os representantes dos restantes dez municípios da CIRA, e a própria CIRA, para participar na iniciativa "Open Days", que consta de reuniões descentralizadas, debates e *workshops*.-----

---- A terminar a sua intervenção, e antes de dar por concluída a reunião, recordou que no próximo dia dez de outubro iriam ter em Anadia a iniciativa "Colorir Anadia", com a participação dos alunos do terceiro ciclo e do secundário das escolas do Município de Anadia.-----

---- DELIBERAÇÕES - FORMA DE VOTAÇÃO:-----

---- Todas as deliberações foram tomadas segundo a forma de votação nominal.-----

---- Nada mais havendo a tratar, e tendo sido considerados findos os trabalhos, a Senhora Presidente da Câmara Municipal, Engenheira Maria Teresa Belém Correia Cardoso, declarou encerrada a reunião, quando eram treze horas e vinte minutos e, de tudo para constar, se lavrou a presente Ata, que eu, Maria de Fátima Dourado Andrade dos Santos Azevedo, Chefe de Divisão de Desenvolvimento Organizacional, redigi, subscrevi e assino.-----